



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargo de
Procurador de Contas

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 120 questões, numeradas de 01 a 120.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Dezembro/2006

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Relativamente à competência para legislar sobre procedimentos em matéria processual, a Constituição da República

- (A) atribui à União competência para legislar sobre normas gerais na matéria, o que, no entanto, não exclui a competência suplementar dos Estados.
- (B) reconhece tratar-se de competência privativa da União, que poderá autorizar os Estados, por lei complementar, a legislar sobre questões específicas da matéria.
- (C) não contém previsão expressa, razão pela qual se entende que está compreendida nas competências reservadas aos Estados.
- (D) prevê que, diante da inexistência de lei estadual sobre a matéria, poderá a União exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- (E) estabelece que lei complementar fixará normas para a cooperação entre os entes da Federação, visando à uniformidade na disciplina da matéria.

2. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da intervenção federal:

- I. A forma republicana e o regime democrático são princípios constitucionais sensíveis cuja inobservância pode ensejar a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal.
- II. Inexiste hipótese de decretação de intervenção federal que dispense apreciação do Congresso Nacional e nomeação de interventor.
- III. Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes retornarão, sem exceção.
- IV. No caso de recusa à execução de lei federal, a decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

Somente estão corretas as afirmações feitas em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

3. A seguridade social é regida, dentre outros, pelo princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento,

- (A) segundo o qual a lei deve promover uma seleção dos beneficiários de seus serviços e prestações, conforme a maior ou menor necessidade econômica e social dos indivíduos.
- (B) pelo qual se exige que o financiamento da seguridade social seja feito por toda a sociedade, de forma direta e indireta, através do pagamento de contribuições e de recursos provenientes dos orçamentos de todos os entes da Federação.
- (C) pelo qual todos os que contribuírem para a manutenção da seguridade social terão direito a seus serviços e prestações, na medida das respectivas contribuições.
- (D) que possui um aspecto objetivo, pelo qual deve a seguridade cobrir os eventos da vida humana que geram necessidades básicas, e uma dimensão subjetiva, pela qual o atendimento deve atingir todas as pessoas residentes no país.
- (E) o qual estabelece que a seguridade social é o resultado de um conjunto de ações integradas dos Poderes Públicos e da sociedade, sendo administrada por todos e em benefícios de todos, de maneira democrática e descentralizada.

4. Sobre as reuniões do Congresso Nacional, prevê a Constituição da República que

- (A) o Congresso reunir-se-á, anualmente, nos períodos de 15 de fevereiro a 30 de junho e 1º de agosto a 15 de dezembro, não se interrompendo, no entanto, a sessão legislativa sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) eventual convocação extraordinária do Congresso, em caso de decretação de intervenção federal ou pedido de autorização para decretação do estado de defesa, será feita pelo Presidente da República.
- (C) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reúnem-se em sessão conjunta para, dentre outras hipóteses, inaugurar a sessão legislativa e julgar o Presidente da República pelo cometimento de crime de responsabilidade.
- (D) os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, em caso de urgência e relevante interesse público, mediante aprovação de um terço dos membros de cada Casa.
- (E) o Congresso somente deliberará, em sessão legislativa extraordinária, sobre a matéria para a qual foi convocado, exceção feita a medidas provisórias em vigor, que serão automaticamente incluídas na pauta da convocação.

<p>5. É consagrado, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o entendimento de que, no exercício de suas atribuições, o Tribunal de Contas da União</p> <p>(A) não pode realizar, por iniciativa própria, auditorias de natureza contábil ou financeira nas unidades administrativas do Poder Judiciário.</p> <p>(B) não pode executar suas decisões de que resulte imputação de débito, sem ação judicial prévia que declare sua existência e condene no respectivo pagamento.</p> <p>(C) pode apreciar a constitucionalidade de leis e atos do Poder Público, ainda que o Tribunal de Contas não integre a estrutura do Poder Judiciário.</p> <p>(D) pode sustar a execução de contrato administrativo, independentemente de representar ao Poder competente para sanar eventuais irregularidades.</p> <p>(E) não pode ter seus atos impugnados por meio de mandado de segurança, uma vez que exerce suas atribuições a partir de expressa previsão constitucional.</p>	<p>7. Relativamente à declaração de inconstitucionalidade no âmbito dos Tribunais, dispõem os artigos 480 e 481 do Código de Processo Civil:</p> <p><i>“Art. 480. Argüida a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, ouvido o Ministério Público, submeterá a questão à turma ou câmara a que tocar o conhecimento do processo.”</i></p> <p><i>“Art. 481. Se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento; se for acolhida, será lavrado o acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.</i></p> <p><i>Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos Tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a argüição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão”.</i></p> <p>A possibilidade aberta pelo parágrafo único do artigo 481 do diploma processual civil</p> <p>(A) ofende a distribuição constitucional de competências entre os órgãos do Poder Judiciário, por implicar em usurpação de competência atribuída exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) é passível de declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto legal, excluindo-se deste a interpretação de que os órgãos fracionários têm competência para deliberar sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos.</p> <p>(C) é parcialmente inconstitucional, no que se refere à desnecessidade de submissão da argüição ao plenário ou órgão especial do Tribunal, quando já houver pronunciamento destes a esse respeito.</p> <p>(D) coaduna-se com a exigência da cláusula constitucional dita de reserva de plenário, vigente em relação à declaração de inconstitucionalidade pelos Tribunais.</p> <p>(E) admite interpretação conforme à Constituição, desde que se restrinja às hipóteses em que os órgãos fracionários dos Tribunais entendam pela constitucionalidade da lei ou do ato normativo impugnado.</p>
<p>6. Medida provisória que, no mês de julho de determinado exercício financeiro, abrisse crédito extraordinário à lei orçamentária anual, com o fim de atender a despesas decorrentes de calamidade pública, seria</p> <p>(A) compatível com as normas pertinentes da Constituição da República.</p> <p>(B) inconstitucional, por ser expressamente vedada a edição de medida provisória para abertura de créditos adicionais e suplementares em quaisquer hipóteses.</p> <p>(C) ilegal, por ofensa à necessidade de previsão de autorização para abertura de créditos especiais e extraordinários na lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(D) inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade estrita, vigente em relação aos órgãos da Administração.</p> <p>(E) constitucional, porém de eficácia limitada, uma vez que o crédito somente poderia ser incorporado ao orçamento do exercício financeiro subsequente.</p>	<p>8. A Constituição da República assegura ao Poder Judiciário autonomia administrativa e financeira, prevendo, entre outras prerrogativas, a</p> <p>(A) competência dos Tribunais Superiores para a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.</p> <p>(B) fixação, pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça, do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, consoante o âmbito de sua atuação jurisdicional.</p> <p>(C) criação ou extinção de órgãos inferiores, bem como a alteração da organização e da divisão judiciárias por ato dos Tribunais Superiores, na esfera federal, ou dos Tribunais de Justiça, nas esferas estadual e distrital.</p> <p>(D) competência privativa dos Tribunais para organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, bem como para criar novas varas judiciárias.</p> <p>(E) competência dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com aprovação dos respectivos tribunais, para encaminhamento de suas propostas orçamentárias anuais ao Poder Executivo, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.</p>

<p>9. Nos termos da Constituição da República, NÃO se concederá a extradição do</p> <p>(A) brasileiro naturalizado, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.</p> <p>(B) estrangeiro, por crime político ou de opinião.</p> <p>(C) brasileiro nato, salvo hipótese de tráfico de entorpecentes e drogas afins.</p> <p>(D) português equiparado, em hipótese alguma.</p> <p>(E) brasileiro naturalizado, por crime comum praticado antes da naturalização.</p>	<p>12. São princípios constitucionais da ordem econômica, dentre outros, a</p> <p>(A) defesa do meio ambiente e a busca do pleno emprego.</p> <p>(B) função social da propriedade e a erradicação da pobreza.</p> <p>(C) propriedade privada e igualdade entre os Estados.</p> <p>(D) defesa do consumidor e não-intervenção.</p> <p>(E) soberania nacional e solução pacífica dos conflitos.</p>
<p>10. Tratado internacional de que o Brasil fosse signatário, estabelecendo a pena de morte pela prática de crime de racismo, seria</p> <p>(A) recepcionado no ordenamento brasileiro como se norma constitucional originária fosse, por versar sobre direitos e garantias fundamentais.</p> <p>(B) materialmente compatível com a Constituição da República, que prevê ser o racismo crime imprescritível, admitindo penas mais severas do que as habituais.</p> <p>(C) formalmente compatível com a Constituição brasileira, se aprovado, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, pela maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(D) formalmente incompatível com a Constituição brasileira, por não se admitir no ordenamento jurídico pátrio tratado internacional equivalente a emenda constitucional.</p> <p>(E) materialmente incompatível com a Constituição da República, por afronta a vedação expressa consubstanciada em cláusula pétrea.</p>	<p>13. Relativamente ao sistema financeiro nacional, a Constituição da República</p> <p>(A) estatui que deverá atender aos interesses da União, a quem compete geri-lo.</p> <p>(B) reserva a leis complementares a disciplina da matéria.</p> <p>(C) define, dentre seus objetivos, a garantia de uma existência digna a todos.</p> <p>(D) exclui as cooperativas de crédito da abrangência do sistema.</p> <p>(E) veda a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.</p>
<p>11. De acordo com previsão expressa da Constituição da República, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir, para o custeio do serviço de iluminação pública,</p> <p>(A) contribuição de melhoria, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei complementar federal para tanto.</p> <p>(B) taxa, facultada sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.</p> <p>(C) contribuição, observados os princípios da legalidade e anterioridade, quando de sua instituição ou aumento.</p> <p>(D) imposto, vinculada a aplicação dos recursos à manutenção do serviço em questão.</p> <p>(E) empréstimo compulsório, cuja cobrança ficará a cargo da concessionária do serviço de energia elétrica.</p>	<p>14. Considere as seguintes afirmações relativas à Advocacia e à Defensoria Públicas na Constituição de 1988:</p> <p>I. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.</p> <p>II. Cabe ao Procurador-Geral da República a chefia do órgão que exerce a representação judicial da União, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo federal.</p> <p>III. Aos Procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.</p> <p>IV. À Defensoria Pública incumbe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, em atendimento à determinação constitucional de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.</p> <p>Estão corretas as afirmações contidas em</p> <p>(A) I, II e III, apenas.</p> <p>(B) I, II e IV, apenas.</p> <p>(C) I, III e IV, apenas.</p> <p>(D) II, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>

<p>15. Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada no país.</p> <p>(B) os crimes previstos em tratado internacional quando, iniciada a execução no país, o resultado devesse ter ocorrido no estrangeiro.</p> <p>(C) os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro em território nacional.</p> <p>(D) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência excepcional da justiça estadual.</p> <p>(E) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou de juízes federais da região.</p>	<p>18. Projeto de lei ordinária estadual de iniciativa de Deputado Estadual, visando à criação de cargos na Administração direta estadual do Ceará, tramita sob regime de urgência, mediante solicitação do Governador do Estado. Ao final de 45 dias, a Assembléia Legislativa aprova o projeto, pelo voto de três quintos de seus membros, tendo sido na seqüência sancionada e promulgada a respectiva lei pelo Governador. Referida lei seria incompatível com a Constituição do Estado do Ceará, porque</p> <p>(A) o projeto de lei padece de vício de iniciativa.</p> <p>(B) a matéria objeto da referida lei é reservada à lei complementar.</p> <p>(C) não se admite pedido de urgência na apreciação da matéria em questão.</p> <p>(D) não se atingiu o quorum necessário à aprovação da lei.</p> <p>(E) não compete ao Governador sancionar projeto de lei de iniciativa de Deputado Estadual.</p>
<p>16. As contribuições de intervenção no domínio econômico, nos termos da Constituição da República,</p> <p>(A) destinam-se à remuneração de serviços públicos específicos, porém indivisíveis, prestados pelo Estado diretamente ao contribuinte.</p> <p>(B) não podem ter alíquotas “ad valorem” que tenham por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.</p> <p>(C) são cobradas dos servidores dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de caráter contributivo.</p> <p>(D) incidem sobre a importação de produtos estrangeiros e serviços, mas não sobre as receitas decorrentes de exportação.</p> <p>(E) têm sua arrecadação, fiscalização e cobrança compartilhadas pelos Estados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.</p>	<p>19. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, não se submete ao procedimento de aprovação prévia, por voto secreto, após argüição pública, pela Assembléia Legislativa, a escolha de</p> <p>(A) cinco sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.</p> <p>(B) diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado.</p> <p>(C) quatro sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.</p> <p>(D) interventores do Estado, em Municípios.</p> <p>(E) presidente de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado.</p>
<p>17. A exploração direta da atividade econômica pelo Estado</p> <p>(A) não é permitida, em hipótese alguma, por ser incompatível com o sistema capitalista e o regime de mercado implementados pela Constituição da República.</p> <p>(B) será permitida nos casos previstos na Constituição, além de quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.</p> <p>(C) somente será admitida quando se destinar a reprimir o abuso do poder econômico que vise à dominação de mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.</p> <p>(D) restringe-se à exploração das jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais, em regime de monopólio da União, e dos serviços locais de gás canalizados, pelos Estados.</p> <p>(E) restringe-se às hipóteses de monopólio da União previstos na Constituição, dentre os quais a pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.</p>	<p>20. Nos termos da Lei federal nº 8.625, de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público</p> <p>(A) deverá motivar e publicar por extrato todas suas decisões, não se admitindo o estabelecimento de exceções a essa regra.</p> <p>(B) poderá recusar, na indicação por antigüidade, o membro mais antigo do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(C) deliberará, por iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, o ajuizamento de ação cível de decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.</p> <p>(D) terá sua composição definida pela Lei Orgânica de cada Ministério Público, observados os limites estabelecidos na referida lei federal.</p> <p>(E) destituirá o Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros, no caso de abuso de poder, assegurada ampla defesa ao acusado.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. O conceito de "agente público", para fins de sujeição à lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92), é mais amplo que o de "servidor público", previsto na Lei nº 8.112/90, porque aquele conceito abrange
- (A) os ocupantes de cargos públicos na administração indireta, o que não é contemplado pela Lei nº 8.112/90.
 - (B) as pessoas físicas e jurídicas que recebem e administram dinheiros públicos, a qualquer título.
 - (C) os exercentes de funções públicas diversas, mesmo que não detentores de cargos públicos.
 - (D) os ocupantes de cargos públicos em comissão, de livre provimento e nomeação, que não são tidos como servidores públicos.
 - (E) os partícipes e beneficiários de atos de improbidade administrativa, mesmo que não mantenham qualquer vínculo com a Administração.

22. O art. 11, I, da Lei nº 8.249/92 caracteriza como improbidade administrativa *"praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência"*. As hipóteses constantes nesse dispositivo correspondem à(s) figura(s)
- (A) da ilegalidade do objeto e do desvio de finalidade, respectivamente.
 - (B) da ilegalidade do objeto e da incompetência, respectivamente.
 - (C) da ilegalidade do objeto, apenas.
 - (D) do desvio de finalidade, apenas.
 - (E) da incompetência, apenas.

23. A qualificação de uma entidade privada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) depende, dentre outros requisitos e vedações, de
- (A) sua inscrição regular no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou na Junta Comercial, conforme o caso.
 - (B) reconhecimento dessa condição pelo Ministério da Justiça ou pela Secretaria correspondente em nível estadual ou municipal, mediante requerimento formulado pela entidade interessada.
 - (C) previsão, nos respectivos atos constitutivos, de versão de seu patrimônio à entidade pública a que estiver vinculada, no caso de dissolução.
 - (D) sua caracterização como pessoa jurídica sem fins lucrativos, assim entendida aquela que não distribui seus resultados entre sócios, administradores ou outros colaboradores, aplicando-os integralmente em seu objeto social.
 - (E) haver celebrado previamente convênio ou termo de parceria com órgão da administração direta, legitimando-a a receber recursos públicos.

24. Decorre do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, aplicável às licitações, a
- (A) vedação da alteração do edital ou da carta-convite após a sua edição, em qualquer hipótese.
 - (B) vedação da alteração do edital ou da carta-convite após a sua edição, salvo para convalidação de eventuais nulidades.
 - (C) vedação da alteração do edital ou da carta-convite após a sua edição, salvo em caso de procedência de impugnação regularmente formulada.
 - (D) necessidade de observância, pela Administração e pelo particular, de todas as condições previstas na lei, salvo se o edital ou a carta-convite dispuser em sentido contrário.
 - (E) necessidade de observância, pela Administração e pelo particular, das condições do edital ou da carta-convite, vedadas estipulações negociais a esse respeito.

25. Na modalidade de licitação do pregão, será facultada a realização de lances sucessivos entre as propostas
- (A) de valor mais baixo e as que não lhe superarem em 10% (dez por cento), ou, se não houver 3 (três) propostas nessas condições, entre as 3 (três) melhores.
 - (B) de valor mais baixo e as que não lhe superarem em 10% (dez por cento), desde que haja ao menos 3 (três) propostas nessas condições.
 - (C) de valor mais baixo e as que não lhe superarem em 10% (dez por cento), percentual esse que poderá ser ampliado para 20% (vinte por cento), a critério do pregoeiro.
 - (D) mais bem classificadas, em ordem crescente de valor e em número não superior a 3 (três), conforme negociação individual conduzida pelo pregoeiro.
 - (E) mais bem classificadas, em ordem crescente de valor e em número não superior a 3 (três), desde que não superiores a 10% (dez por cento) da proposta de valor mais baixo.

26. NÃO é hipótese ensejadora de dispensa de licitação a
- (A) ocorrência de guerra ou grave perturbação da ordem.
 - (B) contratação direta de empresa, após a desclassificação de todos os participantes de licitação anterior, quando for inviável repeti-la.
 - (C) compra ou locação de imóvel, para utilização pela Administração, com características e localização únicas e em valor compatível com o do mercado.
 - (D) contratação de organizações sociais para a prestação de serviços compreendidos no contrato de gestão.
 - (E) intervenção da União no domínio econômico, para normalização de preços ou abastecimento.

Atenção: Para as questões 27 e 28, leia o texto abaixo.

Determinada empresa é contratada, após regular licitação, para a construção de um acesso rodoviário com 1 km (um quilômetro) de extensão, pelo preço hipotético de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Após o início da obra, o ente contratante resolve alterar o traçado do acesso rodoviário, suprimindo a sua extensão em 300 m (trezentos metros). Consultada a respeito, a empresa contratada recusa-se a alterar o projeto e a execução das obras. Em conseqüência, o ente público contratante declara rescindido o contrato e recusa o pagamento de qualquer indenização à empresa. Suponha que a dimensão da obra tenha um custo linear.

27. A alteração contratual determinada pelo ente contratante

- (A) poderia ser realizada unilateralmente, mantendo-se a remuneração integral inicialmente pactuada.
- (B) poderia ser realizada unilateralmente, reduzindo-se proporcionalmente a remuneração pactuada.
- (C) poderia ser realizada de comum acordo entre as partes, mantendo-se a remuneração integral inicialmente pactuada.
- (D) poderia ser realizada de comum acordo entre as partes, reduzindo-se proporcionalmente a remuneração pactuada.
- (E) não poderia ser realizada, nem com a concordância da empresa contratada.

28. Na situação descrita, o pagamento de indenização à empresa contratada

- (A) não é realmente devido.
- (B) seria devido, podendo compreender o pagamento do preço integral previsto no contrato e o custo de desmobilização incorrido pela empresa.
- (C) seria devido, podendo compreender o pagamento das obras já executadas e o custo de desmobilização incorrido pela empresa.
- (D) seria devido, podendo compreender o pagamento do preço integral previsto no contrato e os lucros cessantes suportados pela empresa.
- (E) seria devido, podendo compreender o pagamento do preço integral previsto no contrato e o custo decorrente da participação na licitação.

29. Os contratos celebrados com particulares, em que a Administração figurar como locatária,

- (A) serão regidos exclusivamente pela legislação aplicável aos contratos de locação em geral.
- (B) serão regidos pela legislação própria dos contratos administrativos, admitindo-se a aplicação das normas gerais de direito privado.
- (C) são excluídos do regime geral de licitação, cabendo a contratação direta por decisão discricionária da Administração.
- (D) não precisarão ser formalizados em instrumento próprio, bastando para sua celebração a emissão da respectiva nota de empenho.
- (E) poderão conter cláusulas exorbitantes, derogatórias do regime geral aplicável aos contratos de locação.

30. Servidor público da administração direta, em exercício de mandato de deputado federal,

- (A) será afastado de seu cargo, podendo optar pelo recebimento da remuneração a ele correspondente, continuando a contagem do tempo de serviço, salvo para efeito de promoção por merecimento.
- (B) será afastado de seu cargo, deixando de receber a remuneração a ele correspondente, mas continuando a contagem do tempo de serviço, salvo para efeito de promoção por merecimento.
- (C) será afastado de seu cargo, deixando de receber a remuneração a ele correspondente e não contando o tempo de serviço, para nenhum efeito legal.
- (D) será afastado de seu cargo, podendo optar pelo recebimento da remuneração a ele correspondente, mas não contando o tempo de serviço, para nenhum efeito legal.
- (E) não será afastado de seu cargo, podendo mantê-lo se houver compatibilidade de horários.

31. A competência para a edição de atos administrativos

- (A) implica a possibilidade, como regra, da avocação em razão do poder hierárquico.
- (B) sempre é fixada na lei em caráter exclusivo.
- (C) é, em regra, indelegável, salvo exceções expressamente previstas em lei.
- (D) é requisito dispensável, quando se tratar de matéria sujeita a apreciação urgente.
- (E) pode ser delegada, quando se tratar de decisões de recursos administrativos.

32. Os consórcios administrativos têm como característica a

- (A) possibilidade de sua celebração entre pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, não integrantes da Administração, para a consecução de objetivos comuns, sem que haja a assunção de obrigações de parte a parte.
- (B) constituição de pessoas jurídicas de direito público, integrantes da administração indireta de todos os entes consorciantes, incumbida da execução dos serviços objeto do consórcio.
- (C) impossibilidade de sua contratação direta, por meio de dispensa de licitação, pelo ente público consorciado ou por qualquer outro órgão da administração, para execução de serviços previstos em contrato de consórcio.
- (D) sua não-sujeição ao controle exercido pelos Tribunais de Contas, quando constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado.
- (E) necessidade de sua celebração por meio de contrato, que necessariamente deverá ser precedido de protocolo de intenções ratificado por lei.

<p>33. Determinado agente público pratica ato administrativo discricionário, baseando-se em circunstância de fato que depois se verifica inexistente. Mesmo, porém, com a verificação <i>a posteriori</i> da inexistência dos fatos que ensejariam a prática do ato, verifica-se que os fatos realmente ocorridos poderiam igualmente embasá-la. Nessa situação, o ato praticado</p> <p>(A) apresenta o vício da inexistência de motivos e não é suscetível de convalidação.</p> <p>(B) poderia ser convalidado se não se tratasse de ato discricionário, pois a convalidação é incompatível com esta espécie de ato administrativo.</p> <p>(C) poderá ser revogado, uma vez que se trata de ato discricionário, devendo seus efeitos necessariamente ser desconstituídos em caráter <i>ex tunc</i>.</p> <p>(D) não apresenta o requisito da motivação e deverá ser invalidado, sem possibilidade de convalidação, por força da teoria dos motivos determinantes.</p> <p>(E) poderá ser convalidado, respeitando os direitos de terceiros originados durante o período em que foi eficaz.</p>	<p>36. NÃO é direito constitucionalmente assegurado aos servidores públicos:</p> <p>(A) a livre associação sindical.</p> <p>(B) a irredutibilidade de vencimentos e subsídios.</p> <p>(C) o repouso semanal remunerado.</p> <p>(D) o décimo terceiro salário.</p> <p>(E) a licença-paternidade.</p>
<p>34. Ressalvados outros requisitos porventura aplicáveis, a alienação de bens imóveis da Administração Direta dependerá da caracterização destes como bens</p> <p>(A) de uso comum do povo ou de uso especial, devendo ser precedida de avaliação e licitação na modalidade de concorrência.</p> <p>(B) dominicais, devendo ser precedida de avaliação e licitação na modalidade de concorrência.</p> <p>(C) de uso especial ou dominicais, devendo ser precedida de avaliação e licitação, em qualquer das modalidades previstas em lei.</p> <p>(D) de uso especial ou dominicais, devendo ser precedida de licitação, em qualquer das modalidades previstas em lei, dispensada prévia avaliação.</p> <p>(E) dominicais, devendo ser precedida de avaliação e licitação, em qualquer das modalidades previstas em lei.</p>	<p>37. Como consequência dos princípios aplicáveis aos processos administrativos em geral, decorre a regra segundo a qual</p> <p>(A) a Administração encontra-se adstrita à verdade formal dos autos, restando dispensada de efetuar diligências que não tenham sido requeridas pelo particular interessado, para produção de provas que o beneficiem.</p> <p>(B) uma vez proferida e transitada em julgado uma decisão administrativa, a Administração não poderá alterá-la se o particular interessado não houver interposto o recurso cabível, na forma prevista em lei.</p> <p>(C) fatos novos que venham a ser conhecidos após o encerramento da fase instrutória poderão ser levados em conta pelo órgão julgador, caso relevantes para a solução do processo.</p> <p>(D) é vedado à lei instituir limitação, ainda que parcial, ao direito de recorrer, como consequência do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.</p> <p>(E) a desistência do processo opera a sua extinção imediata, podendo, em caso de nova instauração de processo e posterior desistência, ser aplicada ao particular a pena de preempção.</p>
<p>35. A permissão de serviços públicos distingue-se da concessão em razão</p> <p>(A) de sua precariedade.</p> <p>(B) da possibilidade de ser rescindida unilateralmente pela Administração.</p> <p>(C) da desnecessidade de prévia licitação.</p> <p>(D) da prescindibilidade de contrato escrito.</p> <p>(E) de não ter natureza contratual.</p>	<p>38. A instituição de agências reguladoras para regulação e fiscalização de serviços públicos específicos</p> <p>(A) tem como justificativa a atribuição à União, pela Constituição, da supremacia sobre o domínio econômico.</p> <p>(B) prescinde de lei específica, podendo ser efetuada por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, principalmente nos casos em que o órgão regulador já é previsto pela Constituição.</p> <p>(C) decorre do papel de agente normativo e regulador da atividade econômica, exercido pelo Estado, cabendo-lhe transferir a titularidade dos serviços públicos às agências e a particulares.</p> <p>(D) implica a proibição de sua concessão, permissão ou delegação, uma vez que será a agência quem exercerá os serviços para os quais foi criada.</p> <p>(E) enseja a manutenção da titularidade do serviço público pelo ente político criador da agência, que exerce suas funções de forma descentralizada.</p>

<p>39. A afirmação da responsabilidade objetiva do Estado, constante do art. 37, § 6º, da Constituição, tem como consequência a</p> <p>(A) desnecessidade de comprovação, pelo lesado, da culpa do agente público causador do dano, bem como o nexo de causalidade entre a conduta e o dano causado.</p> <p>(B) irrelevância da ocorrência de infração funcional por parte do agente público causador do dano, bem como da constatação da ilicitude do ato praticado.</p> <p>(C) impossibilidade de o regime especial da responsabilidade objetiva ser aplicado nos casos em que as vítimas também sejam pessoas jurídicas de direito público.</p> <p>(D) inviabilidade da discussão a respeito da gravidade da culpa incorrida pelo agente público causador do dano, ainda que se trate de responsabilidade por omissão.</p> <p>(E) impossibilidade de condenação das pessoas jurídicas de direito público por danos extrapatrimoniais causados a terceiros, mesmo que fundada na culpa.</p>	<p>42. Se um Estado-federado, sem motivo de força maior, suspender o pagamento da dívida fundada, por mais de dois anos consecutivos, será passível da seguinte sanção constitucional:</p> <p>(A) sofrerá intervenção da União, a qual reorganizará suas finanças.</p> <p>(B) ficará proibido de efetuar operações de crédito.</p> <p>(C) não poderá emitir títulos da dívida pública.</p> <p>(D) não poderá receber transferências constitucionais.</p> <p>(E) estará impedido de obter garantia, direta ou indireta, de outro ente da Federação.</p>
<p>40. Em decorrência do princípio da isonomia, é vedada a instituição de condições e exigências, em licitações, que inviabilizem ou restrinjam demasiadamente a competitividade do certame. Exemplo de cláusula em edital de concorrência pública, que viole esse tipo de proibição, de acordo com o direito brasileiro vigente, é a que determine a comprovação de</p> <p>(A) que o participante da licitação não promove condições de trabalho insalubres ou perigosas, por meio de declaração própria.</p> <p>(B) regularidade fiscal, por meio de certidões emitidas pelos órgãos fazendários competentes.</p> <p>(C) inscrição no órgão de fiscalização de exercício da atividade profissional correspondente.</p> <p>(D) ter o participante já executado a mesma obra ou serviço licitado, em determinado número de vezes.</p> <p>(E) manter o participante em seu quadro técnico profissionais habilitados a desempenhar as tarefas objeto da licitação.</p>	<p>43. É competência privativa do Senado Federal:</p> <p>(A) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.</p> <p>(B) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.</p> <p>(C) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.</p> <p>(D) autorizar o Presidente da República a declarar guerra e celebrar a paz.</p> <p>(E) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO</p> <p>41. Segundo Aliomar Baleeiro, a <i>aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para execução de fim a cargo do governo</i> é a definição de</p> <p>(A) receita pública.</p> <p>(B) despesa pública.</p> <p>(C) orçamento público.</p> <p>(D) crédito adicional.</p> <p>(E) entrada ou ingresso.</p>	<p>44. As receitas decorrentes da prescrição em favor do Estado, de bens vacantes e de bens jacentes são classificadas como receitas</p> <p>(A) derivadas.</p> <p>(B) parasitárias.</p> <p>(C) originárias.</p> <p>(D) regalias.</p> <p>(E) ordinárias.</p> <p>45. São princípios orçamentários:</p> <p>(A) anterioridade, legalidade, igualdade, unidade, irretroatividade, programação, equilíbrio orçamentário, transparência e publicidade.</p> <p>(B) anualidade, anterioridade, irretroatividade, programação, universalidade, equilíbrio orçamentário, legalidade, isonomia e anualidade.</p> <p>(C) irretroatividade, anualidade, programação, universalidade, transparência, equilíbrio orçamentário, legalidade, anterioridade, noventena e igualdade.</p> <p>(D) exclusividade, programação, equilíbrio orçamentário, anualidade, unidade, universalidade, transparência, publicidade e legalidade.</p> <p>(E) publicidade, transparência, programação, universalidade, equilíbrio orçamentário, anterioridade, irretroatividade, unidade, isonomia e legalidade.</p>

<p>46. De acordo com a Constituição Federal, “exercício financeiro” é matéria regulada exclusivamente por</p> <p>(A) lei ordinária. (B) decreto-regulamentar. (C) decreto-legislativo. (D) resolução do Senado. (E) lei complementar.</p>	<p>50. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) proíbe o titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas</p> <p>(A) nos três exercícios seguintes sem que haja disponibilidade de crédito para este efeito. (B) nos dois exercícios seguintes sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito. (C) no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito. (D) nos dois quadrimestres seguintes sem que haja disponibilidade de crédito para este efeito. (E) nos dois trimestres seguintes sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.</p>
<p>47. A lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada institui</p> <p>(A) o orçamento anual. (B) o plano plurianual. (C) as diretrizes orçamentárias. (D) o orçamento fiscal. (E) o orçamento de investimento das empresas estatais.</p>	<p>51. À luz da Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que a lei orçamentária anual</p> <p>(A) compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. (B) compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. (C) compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (D) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. (E) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.</p>
<p>48. As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento denominam-se créditos</p> <p>(A) adicionais e se classificam em suplementares, especiais e extraordinários. (B) especiais e se classificam em suplementares, ordinários e extraordinários. (C) suplementares e se classificam em ordinários e extraordinários. (D) extraordinários e se classificam em suplementares e especiais. (E) ordinários e se classificam em adicionais, suplementares e especiais.</p>	<p>52. Dispõe a Constituição Federal que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro, sendo que, no âmbito da legislação concorrente, a competência</p> <p>(A) da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. (B) da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados. (C) dos Estados será plena para legislar sobre normas gerais, suspendendo a eficácia da lei federal superveniente, no que lhe for contrário. (D) do Distrito Federal será plena para legislar sobre normas gerais, sem qualquer interferência dos demais entes da Federação. (E) da União, que não pode instituir normas gerais.</p>
<p>49. De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as despesas públicas são classificadas da seguinte forma:</p> <p>(A) despesas de capital, que compreendem as despesas de custeio e as transferências correntes, e as despesas correntes, que compreendem os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital. (B) despesas de capital, que compreendem as operações de crédito, amortização de empréstimos e transferência de capital, e despesas de custeio, que compreendem as transferências correntes e as despesas de capital. (C) despesas financeiras, que compreendem as despesas de transferência, investimentos e inversões financeiras, e despesas correntes, que compreendem as despesas de capital e as despesas de custeio. (D) despesas correntes, que compreendem as despesas de custeio e as transferências correntes, e as despesas de capital, que compreendem os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital. (E) despesas de transferências, que compreendem as despesas de custeio e as inversões correntes, e as despesas de investimentos, que compreendem as despesas de capital e as transferências de capital.</p>	

<p>53. Os empréstimos contraídos pela União e os recursos decorrentes da ocupação dos terrenos de marinha são</p> <p>(A) entradas ou ingressos.</p> <p>(B) receitas derivadas e tributárias, respectivamente.</p> <p>(C) ingressos e receitas derivadas, respectivamente.</p> <p>(D) ingressos e receitas originárias, respectivamente.</p> <p>(E) receitas públicas.</p>	<p>57. Na hipótese de falência de empresário que tenha celebrado contrato de alienação fiduciária em garantia de bem móvel, na qualidade de devedor fiduciante, o credor</p> <p>(A) poderá pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente.</p> <p>(B) obterá a devolução em dinheiro do equivalente do bem alienado fiduciariamente.</p> <p>(C) deverá proceder à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.</p> <p>(D) deverá mover ação de depósito contra o devedor.</p> <p>(E) poderá mover ação de busca e apreensão, caso o contrato tenha sido celebrado há menos de 15 (quinze) dias.</p>
<p>54. Sobre matéria orçamentária, em termos constitucionais, NÃO é vedado</p> <p>(A) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.</p> <p>(B) a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(C) a concessão ou utilização de créditos ilimitados.</p> <p>(D) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>(E) a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.</p>	<p>58. A realização de depósito elisivo da falência é possível</p> <p>(A) em qualquer caso de requerimento de falência.</p> <p>(B) nos pedidos baseados na falta de pagamento de títulos executivos, apenas.</p> <p>(C) nos pedidos baseados na falta de pagamento de títulos executivos e na falta de nomeação de bens à penhora em execução.</p> <p>(D) nos pedidos baseados na falta de pagamento de títulos executivos e na prática de atos de falência.</p> <p>(E) nos pedidos baseados na falta de nomeação de bens à penhora em execução e na prática de atos de falência.</p>
<p>55. Ao regular o processo legislativo orçamentário, a Constituição Federal dispõe que os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos créditos adicionais são</p> <p>(A) de iniciativa do Poder Executivo ou de qualquer membro do Poder Legislativo, de suas mesas ou comissões.</p> <p>(B) de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, com base em parecer técnico do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(C) de iniciativa conjunta dos chefes dos Poderes Executivos da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, concorrendo com os Poderes Legislativos dos entes federados.</p> <p>(D) de iniciativa do Poder Executivo, o qual não poderá ser objeto de medida provisória sobre tais matérias.</p> <p>(E) apresentados por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.</p>	<p>59. O cheque visado</p> <p>(A) desobriga o sacado e os coobrigados de efetuar qualquer pagamento ao beneficiário.</p> <p>(B) implica a reserva de fundos na conta do sacador, suficientes ao pagamento do título.</p> <p>(C) não admite sustação nem contra-ordem, ainda que após o prazo de pagamento.</p> <p>(D) é aquele sacado por instituição financeira e que não admite devolução por insuficiência de fundos.</p> <p>(E) não pode ser endossado, nem avalizado.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO COMERCIAL</p> <p>56. Em sociedades limitadas regidas subsidiariamente pelas regras da sociedade simples,</p> <p>(A) os sócios são automaticamente administradores, mesmo que o contrato social disponha em sentido contrário.</p> <p>(B) a administração é privativa de um, alguns ou todos os sócios.</p> <p>(C) a nomeação e destituição de administradores não sócios depende da concordância da unanimidade dos sócios.</p> <p>(D) não se admite a nomeação de administradores por instrumento separado do contrato social.</p> <p>(E) o <i>quorum</i> de nomeação de administradores não-sócios varia conforme o capital esteja ou não totalmente integralizado.</p>	<p>60. Com relação às ações preferenciais de sociedade anônima aberta às quais não se atribui direito de voto integral, é correto afirmar que</p> <p>(A) não podem ser divididas em classes.</p> <p>(B) lhes é vedado adquirir o direito integral de voto.</p> <p>(C) concederão a seus titulares o direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle acionário.</p> <p>(D) deverão oferecer ao menos uma preferência adicional, em relação às ações preferenciais de companhia fechada.</p> <p>(E) o estatuto não lhes poderá oferecer o direito de eleição em separado de membros dos órgãos de administração.</p>

<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>61. Considere:</p> <p>I. A perda de função pública ou mandato eletivo, quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos.</p> <p>II. A incapacidade para o exercício da tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra tutelado ou curatelado.</p> <p>III. A perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisa cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.</p> <p>É (são) efeito (s) automático (s) da condenação penal o (s) indicado (s) SOMENTE em</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) I e III. (D) II. (E) III.</p>	<p>65. A respeito dos crimes contra a Administração da Justiça, é correto afirmar:</p> <p>(A) O crime de concussão consuma-se com o recebimento da vantagem pretendida.</p> <p>(B) O jurado pode ser sujeito ativo dos delitos de corrupção passiva, concussão e prevaricação.</p> <p>(C) No delito de concussão, o agente solicita ou recebe e no crime de corrupção passiva o agente exige vantagem indevida.</p> <p>(D) O delito de concussão, por ser de natureza formal, não admite, em nenhuma hipótese, a tentativa.</p> <p>(E) Se o funcionário ainda não assumiu a função pública, não ocorre o delito de concussão, mesmo que a exigência da vantagem seja feita em razão dela.</p>
<p>62. Admitem tentativa, dentre outras infrações penais,</p> <p>(A) as contravenções penais. (B) os delitos culposos. (C) os crimes formais. (D) os crimes preterdolosos. (E) os delitos habituais próprios.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL PENAL</p> <p>66. Na ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo,</p> <p>(A) o Ministério Público só pode requisitar diligências à autoridade policial se houver requerimento nesse sentido do autor da representação.</p> <p>(B) o Ministério Público não pode oferecer denúncia com qualificação diversa da capitulada na representação.</p> <p>(C) pode o representante retratar-se mesmo após o recebimento da denúncia, desde que o faça até a sentença.</p> <p>(D) o Ministério Público pode requerer o arquivamento das peças de informação ou do inquérito policial, desde que haja concordância do autor da representação.</p> <p>(E) a instauração do inquérito policial é condicionada ao prévio oferecimento da representação.</p>
<p>63. A respeito da coação moral irresistível, é correto afirmar que</p> <p>(A) o coator responderá pelo crime cometido pelo coato e pela coação em si. (B) a ameaça geradora da coação só pode ter por objeto a pessoa do coacto. (C) a vítima pode figurar como coatora. (D) não existe coação moral irresistível putativa. (E) inexistente tipicidade por ausência de conduta voluntária.</p>	<p>67. Caberá apelação da decisão</p> <p>(A) que receber a denúncia ou a queixa. (B) que pronunciar ou impronunciar o réu. (C) do Tribunal do Júri, quando houver nulidade posterior à pronúncia. (D) que decretar a prescrição ou julgar, por outro motivo, extinta a punibilidade. (E) que conceder ou negar <i>habeas corpus</i>.</p>
<p>64. Na situação do agente que mata uma pessoa gravemente enferma, a seu pedido, para livrá-la de mal incurável, supondo que a eutanásia é permitida, há</p> <p>(A) erro provocado por discriminante putativa. (B) desconhecimento da lei. (C) discriminante putativa. (D) erro sobre a ilicitude do fato. (E) erro sobre elemento normativo do tipo.</p>	<p>68. A sentença que rejeita a denúncia apresentada pelo Ministério Público por crime de ação pública é uma decisão</p> <p>(A) definitiva. (B) interlocutória mista terminativa. (C) interlocutória simples. (D) interlocutória mista não terminativa. (E) definitiva mista.</p>

69. De acordo com o Código de Processo Penal, o Juiz absolverá o réu, mencionado a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

- I. Estar provada a inexistência do fato;
- II. Não haver prova da existência do fato;
- III. Não constituir o fato infração penal;
- IV. Não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal;
- V. Existir circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena;
- VI. Não existir prova suficiente para condenação.

Faz(em) coisa julgada no cível, impedindo a propositura de ação civil para a reparação do dano tendo como objeto o mesmo fato, a(s) hipótese(s) legal(is) indicada(s) SOMENTE em

- (A) I.
- (B) V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e VI.
- (E) III, IV e VI.

70. De acordo com o Código de Processo Penal, considera-se nulidade absoluta, dentre outras, a

- (A) omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.
- (B) falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal por ele intentada.
- (C) falta de prazos concedidos à acusação e à defesa.
- (D) presença de menos de quinze jurados para a constituição do júri.
- (E) falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.

DIREITO CIVIL

71. João é caseiro de uma fazenda de propriedade de Pedro e conserva a posse em nome deste em cumprimento às ordens ou instruções suas. De acordo com o Código Civil, em relação a João está caracterizada a figura

- (A) do constituto possessório.
- (B) do detentor.
- (C) da composses.
- (D) da posse direta.
- (E) da posse indireta.

72. No que concerne ao contrato de mandato, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

- (A) O mandatário que exceder os poderes do mandato será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante não ratificar os atos.
- (B) Se o mandato for outorgado por instrumento público não poderá substabelecer-se por instrumento particular.
- (C) Para recebimento do que for devido em decorrência do mandato o mandatário não poderá reter o objeto da operação que lhe for cometida.
- (D) O maior de 16 anos e menor de 18 anos, desde que emancipado, poderá ser mandatário, mas o mandante, em regra, não terá ação contra ele.
- (E) Se o mandatário tiver ciência da morte ou interdição do mandante não deverá concluir o negócio já iniciado, inclusive em caso de perigo na demora.

73. Considere as seguintes assertivas sobre responsabilidade civil:

- I. São responsáveis pela reparação civil, independentemente de culpa de sua parte os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- II. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem poderá reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu relativamente incapaz.
- III. Se o dono da coisa deteriorada ou destruída para remoção de perigo iminente não for culpado pelo perigo, assistir-lhe-á direito à indenização do prejuízo que sofreu contra o autor do dano, ainda que este não tenha sido o culpado pelo perigo.
- IV. Em regra, o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

74. No que concerne ao instituto da prescrição, é correto afirmar:

- (A) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- (B) A interrupção da prescrição por um credor sempre aproveita os outros, exceto quando forem credores solidários.
- (C) A interrupção da prescrição operada contra co-devedores solidários não aproveita aos demais co-obrigados e herdeiros.
- (D) Tratando-se de direitos indivisíveis a interrupção operada contra um dos herdeiros de devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores.
- (E) A prescrição poderá ser interrompida até duas vezes em caso de prática de ato inequívoco do devedor, ainda que extrajudicial, que importe no reconhecimento da dívida.

75. De acordo com o Código Civil, a sub-rogação é convencional quando
- (A) o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
 - (B) o credor paga a dívida do devedor comum.
 - (C) o adquirente de imóvel hipotecado paga a dívida existente com o credor hipotecário.
 - (D) o terceiro interessado paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
 - (E) outro credor, em virtude de obrigação nova, é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

76. Considere as seguintes assertivas sobre a petição inicial:
- I. Verificando o juiz que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 05 dias.
 - II. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
 - III. Em regra, o pedido inicial deve ser certo ou determinado, mas é lícito ao autor da ação formular pedido genérico nas ações universais, se não puder individualizar na petição os bens demandados.
 - IV. A petição inicial será necessariamente indeferida quando o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa, ou ao valor da ação.
- De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

77. No que concerne ao Mandado de Segurança, é correto afirmar:
- (A) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer uma delas poderá requerer o mandado de segurança.
 - (B) Não se dará mandado de segurança, quando se tratar de ato disciplinar, ainda que praticado por autoridade incompetente.
 - (C) A sentença que conceder o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo, portanto, ser executada provisoriamente.
 - (D) A decisão prolatada no mandado de segurança impedirá que o impetrante, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
 - (E) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos cento e oitenta dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

78. No que concerne às provas, de acordo com o Código de Processo Civil é correto afirmar:
- (A) No depoimento pessoal das partes, é permitido, a quem ainda não depôs, assistir ao interrogatório da outra parte.
 - (B) É ilícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.
 - (C) O juiz pode, de ofício, até o encerramento da instrução, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.
 - (D) Na prova pericial, os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo.
 - (E) A pessoa que tiver interesse no litígio é impedida de depor como testemunha, podendo o Magistrado ouvi-la sem compromisso, sendo estritamente necessário.

79. Considere as seguintes assertivas sobre os Recursos Especial e Extraordinário, de acordo com o Código de Processo Civil:
- I. O juízo de admissibilidade de tais recursos será realizado após o prazo para a apresentação das contra-razões, devendo ser efetivado no prazo de 15 dias e mediante decisão fundamentada.
 - II. Em regra, admitidos ambos os recursos, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.
 - III. Na hipótese de o relator do recurso especial considerar que o recurso extraordinário é prejudicial àquele, em decisão irrecurável sobrestará o seu julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do recurso extraordinário.
 - IV. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 15 dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) III e IV.

80. Mauro ajuizou demanda contra Márcio reproduzindo ação anteriormente ajuizada e ainda em curso. O Juiz deverá
- (A) suscitar conflito de competência.
 - (B) julgar extinto o processo com resolução de mérito.
 - (C) determinar a remessa dos autos ao juízo onde tramita a primeira demanda ajuizada.
 - (D) determinar o regular e normal prosseguimento da demanda.
 - (E) julgar extinto o processo sem resolução de mérito.

DIREITO TRIBUTÁRIO

81. Deve obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal previsto no art. 150, III, "c", da CF/88, mas é exceção ao princípio da anterioridade tributária previsto no art. 150, III, "b", da CF/88, o imposto

- (A) sobre operações de crédito, câmbio, seguro e valores mobiliários.
- (B) sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (D) extraordinário.
- (E) sobre produtos industrializados.

82. Diante de situação de excepcional calamidade pública de âmbito nacional, reconhecida mediante decreto presidencial, o Presidente da República, para fazer frente à despesa extraordinária, editou Medida Provisória instituindo Empréstimo Compulsório sobre o consumo de combustíveis. É correto afirmar que o empréstimo compulsório instituído é

- (A) inconstitucional porque não tem a finalidade de gerar receita para fazer frente a despesa extraordinária decorrente de calamidade pública.
- (B) ilegal, porque a hipótese de incidência tem que ser a calamidade pública e não o consumo de combustíveis.
- (C) inconstitucional, porque só pode ser instituído por lei complementar e jamais, portanto, por medida provisória.
- (D) legal, porque não se admite vinculação de receita do empréstimo compulsório a qualquer órgão fundo ou despesa, salvo para despesa extraordinária.
- (E) constitucional, porque um dos motivos justificadores para a instituição deste tributo é despesa extraordinária decorrente de calamidade pública.

83. O Estado do Ceará tem competência tributária para instituição de

- (A) IPTU, ICMS e IPVA.
- (B) ITCMD, ICMS e contribuição de melhoria.
- (C) ITBI, ITCMD e ISS.
- (D) taxas, contribuição de melhoria e imposto residual.
- (E) empréstimo compulsório, IPVA e taxas.

84. O art. 3º, da Lei Complementar nº 118/05, que alterou dispositivos do Código Tributário Nacional, dispõe que, para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 do CTN (direito de pleitear restituição de pagamento indevido ou a maior no prazo de cinco anos a contar da extinção do crédito tributário), a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado. Esta regra, expressamente interpretativa, nos termos da lei complementar,

- (A) aplica-se apenas para fatos geradores acontecidos após a sua vigência, conforme o princípio da ir-retroatividade da lei tributária.
- (B) terá eficácia no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, conforme o princípio da anterioridade.
- (C) terá eficácia noventa dias a contar de sua publicação, conforme o princípio da anterioridade mitigada.
- (D) terá eficácia retroativa, aplicando-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, por se tratar de norma expressamente interpretativa.
- (E) terá eficácia retroativa se for para beneficiar o contribuinte e eficácia no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação se for para prejudicá-lo.

85. Ficou acordado entre Tício e Mévio em contrato de comodato de bem imóvel de propriedade de Tício que, caso Mévio viesse a ganhar na loteria este se obrigaria a pagar a Tício uma quantia equivalente a cinquenta salários mínimos, a título de compensação pelo período em que usufruiu do imóvel de forma gratuita. Este acordo foi firmado entre as partes em meados de 1995, figurando Tício como comodante/credor e Mévio como comodatário/devedor, e registrado no Cartório de Títulos e Documentos. Em 2006 Mévio ganhou o prêmio principal na loteria e cumpriu sua obrigação junto a Tício. Este, por sua vez, deve recolher o Imposto de Renda sobre a quantia recebida. O fato gerador reputa-se perfeito e acabado para aplicação da lei em vigor ao tempo

- (A) do cumprimento do contrato por parte de Mévio, já que o negócio firmado entre as partes estava sob condição suspensiva.
- (B) em que foi firmado o contrato, já que o negócio firmado entre as partes estava sob condição resolutiva.
- (C) do cumprimento do contrato por parte de Mévio, já que o negócio firmado entre as partes estava sob condição resolutiva.
- (D) em que foi firmado o contrato, já que o negócio firmado entre as partes estava sob condição suspensiva.
- (E) em que foi firmado o contrato ou do cumprimento do contrato por parte de Mévio, conforme seja mais vantajosa ao Fisco.

<p>86. Foi concedida, por lei estadual, isenção de ITCMD, na transmissão <i>causa mortis</i>, para contribuintes com mais de sessenta e cinco anos de idade. Medusa, Meriva e Minerva são herdeiras necessárias de Brutus. O único bem objeto de transmissão é uma casa. O valor do imposto a ser recolhido é de mil e duzentos reais. Medusa e Meriva são maiores de sessenta e cinco anos e, portanto, isentas do ITCMD. Diante disso,</p> <p>(A) Minerva deverá pagar a integralidade do ITCMD, já que as outras herdeiras são isentas, pois existe, neste caso, solidariedade passiva.</p> <p>(B) Medusa, Meriva e Minerva deverão arcar com a integralidade do ITCMD, já que neste caso existe solidariedade passiva, que afasta a isenção em caráter pessoal.</p> <p>(C) Minerva deverá pagar apenas um terço do valor do ITCMD devido, correspondente à sua quota parte, porque a isenção em caráter pessoal exonerou Medusa e Meriva da obrigação de pagar.</p> <p>(D) Medusa, Meriva e Minerva estão exoneradas da obrigação de pagar o ITCMD já que, por existir solidariedade, a isenção alcança todos os co-devedores.</p> <p>(E) Medusa, Meriva e Minerva deverão pagar apenas um terço do valor do ITCMD devido, correspondente ao saldo não alcançado pela isenção, em razão da solidariedade.</p>	<p>89. Em obrigação tributária por fato gerador acontecido antes da aquisição, haverá exclusão da responsabilidade tributária para o adquirente de</p> <p>(A) bem imóvel, se o alienante assumir na escritura pública a obrigação de pagar os tributos em atraso.</p> <p>(B) estabelecimento comercial ou de unidade produtiva isolada, em alienação judicial, em processo de falência ou de recuperação judicial, respectivamente.</p> <p>(C) estabelecimento comercial ou fundo de comércio, se o alienante cessou a exploração do comércio, indústria ou atividade.</p> <p>(D) estabelecimento comercial ou fundo de comércio, se o alienante iniciou nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio após seis meses, contados da alienação.</p> <p>(E) veículo automotor, bem móvel, se em consulta ao departamento de trânsito, não constava qualquer pendência sobre o veículo.</p>
<p>87. São características comuns aos impostos, taxas e contribuições de melhoria:</p> <p>(A) todos têm competência comum.</p> <p>(B) todos são vinculados a uma prévia atividade estatal.</p> <p>(C) todos têm sempre relação com serviço público.</p> <p>(D) todos são compulsórios.</p> <p>(E) todos se submetem ao princípio da anterioridade nonagesimal, sem exceção.</p>	<p>90. O Fisco tem cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, para homologação do pagamento antecipado do crédito tributário. É correto afirmar que haverá</p> <p>(A) homologação expressa após decorrido este prazo e o Fisco poderá constituir o crédito tributário através do lançamento.</p> <p>(B) notificação do sujeito passivo para, querendo, em cinco dias, pagar ou oferecer bens a penhora.</p> <p>(C) a extinção definitiva do crédito tributário em razão de homologação tácita, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.</p> <p>(D) a extinção definitiva da obrigação tributária por ter perdido o Fisco o direito de constituir o crédito tributário através da execução fiscal.</p> <p>(E) prescrição e o Fisco não poderá mais cobrar o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.</p>
<p>88. Haverá imunidade tributária em todos os casos, EXCETO</p> <p>(A) para as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, sobre o patrimônio, renda e serviços.</p> <p>(B) para obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.</p> <p>(C) na ação popular, em relação às custas judiciais, salvo comprovada má-fé.</p> <p>(D) sobre a pequena gleba rural, definida em lei, quando a explore o proprietário que não possua outro imóvel.</p> <p>(E) para as pessoas idosas ou portadoras de doença grave ou incurável, comprovada por perícia médica oficial.</p>	<p>91. Haverá responsabilidade pessoal do servidor público, pelo crédito tributário, quando</p> <p>(A) inscrever crédito tributário em dívida ativa, sem prévia anuência do contribuinte.</p> <p>(B) propuser execução fiscal de crédito tributário inscrito em dívida ativa, ainda que não haja mora.</p> <p>(C) omitir dados legais secundários para validade do termo de inscrição em dívida ativa.</p> <p>(D) deixar de expedir certidão negativa dentro do prazo legal de 5 (cinco) dias da entrada do requerimento na repartição.</p> <p>(E) expedir, com dolo ou fraude, certidão negativa que contenha erro contra a Fazenda Pública.</p>

<p>92. Uma empresa que atua no ramo de comércio de bebidas e deixa de emitir nota fiscal de saída de mercadorias e, por conseguinte, deixa de fazer o recolhimento do ICMS devido na operação é autuada em fiscalização no estabelecimento, sendo lavrado um auto de infração e imposição de multa, constituindo o crédito tributário composto pelo valor do tributo, acrescido de juros de mora e multa de mora. O crédito tributário resultante desta autuação foi constituído por</p> <p>(A) lançamento direto.</p> <p>(B) lançamento por homologação.</p> <p>(C) lançamento misto.</p> <p>(D) lançamento por declaração.</p> <p>(E) autolancamento.</p>	<p>95. Sobre obrigação tributária, é correto afirmar que</p> <p>(A) a emissão de nota fiscal para controle do ICMS a ser recolhido é objeto de obrigação acessória.</p> <p>(B) o pagamento de multa pela não declaração do imposto de renda é objeto de obrigação acessória.</p> <p>(C) o pagamento de imposto de renda é objeto de obrigação tributária acessória.</p> <p>(D) o preenchimento de guia de recolhimento de tributo é objeto de obrigação principal.</p> <p>(E) a declaração de isento do imposto de renda é objeto de obrigação principal.</p>
<p>93. Estado federado, dentro de sua autonomia e no exercício de sua competência tributária, concede isenção de ICMS para indústrias automobilísticas que se instalarem em seu território. Esta isenção foi concedida por Lei Estadual de nº 1.111/04, que dispõe sobre o prazo de isenção, por cinco anos, e condições de concessão. Através da Lei Estadual nº 2.222/06 foi revogada a isenção concedida pela lei estadual nº 1.111/04. Assim, as empresas beneficiadas com a isenção devem voltar a recolher o ICMS já a partir do mês seguinte ao da publicação da lei. Esta revogação é</p> <p>(A) legal, já que a concessão e revogação de isenção é atributo da autonomia dos Estados-membros da Federação.</p> <p>(B) constitucional, por ser exercício da competência tributária do Estado a concessão e a revogação de isenção.</p> <p>(C) inconstitucional, por não ser possível revogação de isenção sem prévio estudo de impacto orçamentário.</p> <p>(D) é ilegal, pois a isenção concedida por prazo certo e em função de certas condições é irrevogável para as empresas que já adquiriram o direito.</p> <p>(E) é legal, pois a isenção é sempre revogável, não gerando direito adquirido para os seus beneficiários.</p>	<p style="text-align: center;">CONTROLE EXTERNO</p> <p>96. A função constitucional do Tribunal de Contas, de órgão auxiliar do Poder Legislativo na atividade de controle externo, nos termos da Constituição Federal, confere-lhe competência para realizar inspeção e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial,</p> <p>(A) por iniciativa própria ou da Assembléia Legislativa, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.</p> <p>(B) apenas quando provocado pela Assembléia Legislativa, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.</p> <p>(C) por iniciativa própria, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Judiciário e, em relação às Unidades do Poder Legislativo, apenas mediante provocação da Assembléia Legislativa.</p> <p>(D) por iniciativa própria ou da Assembléia Legislativa, nas unidades administrativas do Poder Executivo, vedada a sua realização em unidades dos Poderes Judiciário e Legislativo.</p> <p>(E) por iniciativa própria ou da Assembléia Legislativa, nas unidades administrativas do Poder Executivo e do Poder Legislativo, vedada a sua realização em unidades do Poder Judiciário.</p>
<p>94. Sobre os métodos de interpretação em matéria tributária, é correto afirmar que a</p> <p>(A) analogia é um método de interpretação e não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.</p> <p>(B) interpretação literal deve ser aplicada na legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.</p> <p>(C) aeqüidade é um método de interpretação e não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.</p> <p>(D) lei tributária modificadora de tributos deve ser interpretada de maneira mais favorável ao contribuinte, em caso de dúvida quanto à natureza ou circunstâncias materiais do fato.</p> <p>(E) lei complementar tributária pode alterar a definição, conteúdo e alcance das imunidades tributárias, desde que seja para limitar as competências tributárias.</p>	<p>97. Uma sociedade de economia mista instaurou procedimento licitatório para contratação de serviços técnico-especializados. Determinada empresa licitante, inabilitada no certame, apresentou denúncia perante o Tribunal de Contas, alegando que as exigências de qualificação técnica fixadas para efeito de habilitação eram por demais restritivas e não guardavam pertinência com o objeto a ser contratado. Convencendo-se da plausibilidade da denúncia e vislumbrando indícios de irregularidades, o Tribunal</p> <p>(A) somente poderá pronunciar-se após o término do procedimento licitatório, competindo-lhe determinar a sustação do contrato respectivo caso verificada a ilegalidade do certame.</p> <p>(B) deverá representar à Assembléia Legislativa, a quem compete, privativamente, decidir sobre o tema.</p> <p>(C) deverá representar à Assembléia Legislativa, em função da competência privativa desta para eventual suspensão do certame e, não havendo apreciação das irregularidades apontadas, no prazo de 90 dias, caberá ao Tribunal decidir a respeito.</p> <p>(D) poderá assinar prazo ao administrador para que sejam sanadas as irregularidades e, não sendo atendido, deverá informar o fato à Assembléia Legislativa em função da competência privativa desta para eventual sustação do certame.</p> <p>(E) poderá representar à autoridade competente para correção da irregularidade e, não sendo atendido, suspender o procedimento licitatório até a apreciação final da matéria.</p>

<p>98. O sistema de controle interno da Administração Pública</p> <p>(A) deve ser exercido de forma independente em relação ao controle externo a cargo do Poder Legislativo, não cabendo integração entre as duas modalidades de controle.</p> <p>(B) visa a assegurar a legalidade da atividade administrativa, não se aplicando, todavia, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração, que são aspectos reservados ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.</p> <p>(C) constitui o poder de fiscalização e correção que a Administração exerce, de forma ampla, sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito.</p> <p>(D) decorre do poder de autotutela e, portanto, somente pode ser exercido de ofício.</p> <p>(E) autoriza a anulação dos próprios atos, quando eivados de vício, e a revogação, por motivo de conveniência e oportunidade, vedado o exame pelo Poder Judiciário.</p>	<p>100. O controle externo da Administração Pública, na forma prevista pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará</p> <p>(A) não alcança os atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.</p> <p>(B) alcança os atos de admissão de pessoal do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, exceto em relação aos cargos de provimento em comissão e às contratações temporárias.</p> <p>(C) não alcança os atos de admissão de pessoal das entidades integrantes da Administração indireta, quando sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.</p> <p>(D) não alcança os atos de admissão de pessoal, bem como de concessão de aposentadoria e pensão dos servidores integrantes da Administração indireta, independentemente do regime jurídico correspondente.</p> <p>(E) alcança os atos de concessão de aposentadoria, reforma ou pensões das Administrações direta e indireta, inclusive das fundações instituídas e mantidas pelo poder público estadual, excetuadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.</p>
<p>99. A participação popular no controle da legalidade e moralidade da atividade administrativa pode ser exercida</p> <p>(A) mediante denúncia perante a Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas, por qualquer pessoa que venha a tomar conhecimento de irregularidades ou ilegalidades praticadas em detrimento da Administração, sob pena de tornar-se solidariamente responsável.</p> <p>(B) mediante representação, perante a própria Administração ou ao órgão do Ministério Público que tiver competência para apurar a prática da irregularidade ou ilegalidade apontada; mediante denúncia perante a Assembléia Legislativa ou Tribunal de Contas e mediante propositura de Ação Popular.</p> <p>(C) somente pela via judicial, através da Ação Popular.</p> <p>(D) mediante denúncia ao Ministério Público, à Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas, bem como mediante propositura de Ação Popular, somente sendo assegurado o direito de representar à autoridade administrativa àqueles cujos direitos subjetivos tenham sido atingidos pelo ato impugnado.</p> <p>(E) perante a própria Administração ou pela via judicial, mas apenas nas situações de lesão ou ameaça de lesão a direito individual.</p>	<p>101. Os contratos de gestão celebrados entre a Administração e as denominadas Organizações Sociais</p> <p>(A) não se confundem com os convênios firmados com entidades privadas para desempenho de atividades de interesse público, não se sujeitando, pois, à fiscalização e controle por parte do Tribunal de Contas.</p> <p>(B) somente são objeto de controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas quando celebrados sob a modalidade de convênio administrativo.</p> <p>(C) podem ser celebrados com dispensa de licitação, em função de autorização legal específica, não estando sujeitos, por tal razão, ao controle e fiscalização do Tribunal de Contas.</p> <p>(D) constituem forma de colaboração entre a Administração e a iniciativa privada para desempenho de atividade de interesse público ou de serviço público não exclusivo, cabendo controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas apenas nesta última hipótese.</p> <p>(E) são passíveis de fiscalização e controle pelo Tribunal de Contas no que diz respeito aos recursos e bens públicos recebidos ou geridos pela entidade.</p>

<p>102. Insere-se entre as competências dos Tribunais de Contas da União, Estados e dos Municípios, no âmbito de sua atuação,</p> <p>(A) estabelecer os limites e condições para operações de crédito, interno e externo.</p> <p>(B) fixar o montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida do respectivo ente federado com despesas de pessoal.</p> <p>(C) fiscalizar a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.</p> <p>(D) elaborar Relatório de Gestão Fiscal, ao final de cada quadrimestre, contendo o montante total despendido com despesa com pessoal, na esfera de cada Poder; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito e concessão de garantia.</p> <p>(E) autorizar a concessão de garantia em operações de crédito, interno e externo.</p>	<p>104. A respeito dos recursos que podem ser interpostos em face das decisões do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, nos termos de sua Lei Orgânica, é correto afirmar que</p> <p>(A) o recurso de reconsideração interposto em face de decisões proferidas pelo Tribunal em qualquer matéria de sua competência, será recebido apenas no efeito devolutivo, podendo ser-lhe atribuído efeito suspensivo por decisão do Presidente do Tribunal, apreciada em requerimento próprio.</p> <p>(B) cabe recurso de reconsideração, no prazo de 30 dias, sempre com efeito suspensivo, das decisões de competência ordinária do Tribunal.</p> <p>(C) cabe recurso de revisão contra decisão transitada em julgado, que haja concluído pela ilegalidade ou legalidade de ato de aposentadoria, reforma ou pensão, apenas se fundamentado em erro na contagem de tempo de serviço ou na fixação dos proventos.</p> <p>(D) cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida, e a sua interposição suspende o prazo para o cumprimento da decisão embargada, mas não para interposição dos demais recursos eventualmente cabíveis.</p> <p>(E) possuem legitimidade para recorrer de decisão proferida pelo Tribunal apenas os responsáveis e o terceiro interessado que demonstre seu interesse no feito.</p>
<p>103. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, nos processos de prestação ou tomada de contas</p> <p>(A) a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente, sanará o caso, desde que o Tribunal reconheça a existência de boa-fé.</p> <p>(B) o Tribunal poderá ordenar o trancamento das contas, na hipótese de terem se tornado ilíquidáveis, em razão de caso fortuito ou força maior que torne materialmente impossível o julgamento de mérito, não sendo possível, todavia, declarar o seu encerramento.</p> <p>(C) não serão objeto de análise os recursos não-orçamentários geridos pela unidade ou entidade administrativa respectiva.</p> <p>(D) deverão ser concluídos no prazo máximo de 180 dias, sob pena de prescrição de eventuais débitos, efeito esse que não atinge irregularidades decorrentes de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.</p> <p>(E) julgará irregulares as contas quando verificado dano ao erário decorrente de ato ilegítimo ou antieconômico, desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, bem como na hipótese de restar evidenciada falta de natureza formal ainda que dela não resulte dano ao erário.</p>	<p>105. A decisão do Tribunal de Contas que julga as contas dos administradores e demais responsáveis pelos dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, nos termos da competência estabelecida pela Constituição Federal,</p> <p>(A) possui eficácia de título executivo, possibilitando o desconto nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, ou a cobrança judicial, exceto em relação à parcela correspondente a eventual imposição de multa.</p> <p>(B) não possui natureza jurisdicional, somente podendo ser executada após processo judicial em que se assegure ampla defesa aos administradores ou responsáveis.</p> <p>(C) constitui atividade jurisdicional atípica, exercida por órgão auxiliar do Poder Legislativo, não sendo passível de revisão pelo Poder Judiciário.</p> <p>(D) vincula a autoridade administrativa ao seu cumprimento, somente sendo passível de revisão ou rescisão, na esfera administrativa, pelo próprio Tribunal de Contas.</p> <p>(E) na hipótese de julgar as contas irregulares, somente produz efeito após confirmada em processo administrativo disciplinar, em que seja assegurada ampla defesa ao administrador ou responsável.</p>

106. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará e com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Ceará, compete ao Tribunal

- (A) sustar os atos normativos do Poder Executivo que excedam os limites do poder regulamentar.
- (B) julgar as contas dos administradores da Administração direta e indireta, do Estado e dos Municípios, incluídas as dos Prefeitos e Câmaras Municipais.
- (C) apreciar as contas apresentadas pelo Governador do Estado, emitindo parecer prévio que deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa, a quem compete decidir a respeito de sua regularidade.
- (D) sustar a execução de contratos, convênios e acordos celebrados pela administração direta e indireta, quando constatada a ilegalidade ou quando a medida for necessária para prevenir prejuízos ao erário.
- (E) efetuar o registro prévio dos precatórios que derem origem a despesa pública, para efeito de controle do cumprimento da ordem cronológica dos respectivos pagamentos.

107. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Ceará, o Tribunal

- (A) poderá aplicar multa pecuniária aos administradores cujas contas foram julgadas irregulares, apenas nas hipóteses em que seja apurado dano ao Erário, a qual será fixada em até 100% do valor atualizado do dano.
- (B) poderá aplicar multa pecuniária aos administradores cujas contas foram consideradas irregulares, inclusive nas hipóteses em que não se verifique dano ao Erário, quando tenha havido omissão no dever de prestar contas.
- (C) determinará ao responsável, nas hipóteses em que constate a ocorrência de dano ao Erário, o pagamento do valor correspondente, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, não sendo cabível, nesse caso, a aplicação de multa pecuniária.
- (D) poderá aplicar aos responsáveis, nos casos em que constate a ocorrência de improbidade, a pena de inabilitação permanente para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração.
- (E) poderá aplicar, além das sanções previstas em lei, outras que considerar cabíveis em função da gravidade da conduta e da extensão do prejuízo ao Erário.

108. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará e com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Ceará, os Conselheiros do Tribunal de Contas

- (A) são nomeados entre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, que satisfaçam requisitos de: idoneidade moral; reputação ilibada; saber jurídico, contábil, econômico, financeiro ou de administração pública, sendo este último requisito aferido mediante comprovação do exercício de função ou atividade profissional correspondente, por no mínimo 5 anos.
- (B) são em número de sete, sendo cinco escolhidos pela Assembléia Legislativa, na forma do seu Regimento Interno, e dois de livre nomeação e exoneração pelo Governador.
- (C) são em número de sete, sendo cinco escolhidos pela Assembléia Legislativa, na forma de seu Regimento Interno, e dois pelo Governador do Estado, todos para o mandato de quatro anos.
- (D) possuem as mesmas prerrogativas, garantias, impedimentos, vencimentos, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por no mínimo cinco anos.
- (E) possuem as mesmas prerrogativas, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, exceto a garantia de vitaliciedade.

109. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Ceará, os Auditores

- (A) quando em substituição a Conselheiro, por prazo superior a 30 dias consecutivos, terão os mesmos vencimentos, garantias e prerrogativas do titular.
- (B) só poderão perder o cargo, quando já tenham adquirido estabilidade, em virtude de decisão em processo judicial.
- (C) quando convocados para substituir Conselheiro, poderão adotar os atos necessários para o prosseguimento da instrução do processo, não podendo, porém, relatá-lo, devendo distribuí-lo à relatoria de outro Conselheiro.
- (D) não se sujeitam, quando no exercício de suas funções ordinárias, às mesmas vedações impostas aos Conselheiros.
- (E) são nomeados pelo Presidente do Tribunal de Contas, entre bacharéis em ciências jurídicas, em ciências econômicas, em ciências contábeis e em administração pública, preferencialmente, mediante aprovação em concurso público.

<p>110. É vedado aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará</p> <p>(A) exercer, salvo quando em disponibilidade, outro cargo ou função, a não ser uma de magistério.</p> <p>(B) exercer atividade político partidária, exceto se expressamente autorizado pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação, ou empresa concessionária de serviço público, ainda que o contrato obedeça a normas uniformes para todo e qualquer contratante.</p> <p>(D) exercer, ainda que sem remuneração, cargo técnico ou de direção de sociedade civil, associação ou fundação de qualquer natureza, e de associação de classe.</p> <p>(E) exercer profissão liberal, emprego particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou cotista sem ingerência.</p>	<p>113. As decisões do Tribunal de Contas do Ceará em processos de tomada ou prestação de contas, nos termos de sua Lei Orgânica são</p> <p>(A) classificadas em preliminares, definitivas ou terminativas, sendo terminativa a que julga as contas regulares, com ressalva ou irregulares.</p> <p>(B) classificadas como declaratórias ou constitutivas, sendo da primeira categoria as que julgam as contas regulares, com ressalva ou irregulares, e da segunda as que impõem sanções.</p> <p>(C) consideradas preliminares, quando proferidas antes do exame de mérito, podendo tratar do sobrestamento do julgamento; ordenar citação; determinar diligências necessárias ao saneamento do processo ou aplicar multa pela prática de ato de gestão ilegal, antieconômico ou ilegítimo que não seja de natureza grave e que não represente grande prejuízo ao erário.</p> <p>(D) definitivas, quando julgam as contas regulares, com ressalva ou irregulares, ou ordenam o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, e preliminares, as de natureza meramente ordinatória.</p> <p>(E) classificadas em declaratórias e constitutivas, sendo da primeira categoria as que não examinam o mérito das contas, e da segunda as que julgam as contas regulares, com ressalva ou irregulares, e as que impõem sanções.</p>
<p>111. O Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará</p> <p>(A) é órgão de audiência obrigatória em todos os processos no âmbito do Tribunal de Contas, e a ausência de sua manifestação, quando regularmente intimado, gera nulidade do processo.</p> <p>(B) possui prerrogativa, no exercício de suas atribuições, de requerer as diligências que entender necessárias à tramitação regular dos feitos, e usar a palavra em Plenário, desde que deferida pelo Presidente.</p> <p>(C) é competente para promover a defesa da ordem jurídica, requerendo perante o Tribunal as medidas de interesse da Justiça, da administração e do erário, mas não possuindo legitimidade para interpor recursos das decisões do Tribunal.</p> <p>(D) é órgão auxiliar do Tribunal, competindo-lhe dar suporte jurídico à sua atuação e executar suas decisões.</p> <p>(E) deve atuar de forma independente e harmônica com o Tribunal, subsidiando a defesa da ordem jurídica e do erário, e constitui instância obrigatória para conferir eficácia às decisões do Tribunal.</p>	<p>114. Com base na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Ceará, é correto afirmar que</p> <p>(A) o Tribunal não é competente para responder a consultas da Administração, não podendo pronunciar-se sobre questões em tese.</p> <p>(B) o Tribunal somente está obrigado a responder a consultas da Administração relativamente a casos concretos que sejam objeto de processo em andamento, o qual deverá ser sobrestado até a solução da consulta.</p> <p>(C) cabe ao Tribunal decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, não constituindo a resposta prejulgamento de tese, do fato ou do caso concreto.</p> <p>(D) constitui prerrogativa do Tribunal responder ou não à consulta da Administração, mas, ao fazê-lo, vincula-se à resposta proferida em todos os seus aspectos.</p> <p>(E) cabe ao Tribunal decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, tendo a resposta caráter normativo.</p>
<p>112. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, de acordo com sua Lei Orgânica, ao exercer a atividade de fiscalização</p> <p>(A) ordenará, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo em se tratando de atos relativos a despesa de natureza reservada.</p> <p>(B) determinará a audiência do responsável, se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade e economicidade, desde que esta não seja de natureza grave.</p> <p>(C) poderá determinar simples advertência, quando apurada apenas transgressão a norma legal ou regulamentar, da qual não resulte dano ao erário.</p> <p>(D) não possui competência para determinar que a autoridade responsável suste a execução do ato impugnado, devendo representar à Assembléia Legislativa para tal finalidade.</p> <p>(E) deverá ordenar a imediata conversão do processo em tomada de contas especial, que tramitará em autos apartados, quando o interessado não prestar as informações solicitadas no prazo assinado.</p>	

115. A respeito do controle interno a cargo dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, é correto afirmar que

- (A) contempla, entre as suas finalidades, a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e os orçamentos do Estado.
- (B) tem por objetivo, entre outros, comprovar a legalidade, a eficácia e a eficiência da aplicação dos recursos orçamentários, apenas por órgãos e entidades públicas sob sua tutela.
- (C) exerce o controle das operações de crédito, avais e garantias, desde que instado a fazê-lo pelo Tribunal de Contas.
- (D) aprecia as contas dos responsáveis por bens e dinheiros públicos, atuando por delegação do Tribunal de Contas.
- (E) apoia o controle externo em sua missão institucional, em atividades que não envolvam realização de auditoria e emissão de parecer.

SEGURIDADE SOCIAL

116. De acordo com o Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará – SUPSEC, os pensionistas do Estado

- (A) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se aos princípios básicos da seguridade social, exceto ao princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (B) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se, dessa forma, especificamente, ao princípio da equidade na forma de participação no custeio.
- (C) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se, dessa forma, especificamente, ao princípio da seletividade e distributividade da prestação de benefícios.
- (D) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se aos princípios básicos da seguridade social, exceto ao princípio da diversificação da base de financiamento.
- (E) não são segurados do SUPSEC, contribuindo a título de diversificação da base de financiamento, para preservação da capacidade de pagamento dos benefícios patrocinados pelo sistema.

117. Em regra, o auxílio-doença

- (A) terá o período de carência de 10 contribuições mensais, podendo ser exigida, conforme a doença, o período de 24 contribuições mensais.
- (B) será devido ao segurado empregado, a contar do trigésimo dia do afastamento da atividade.
- (C) consistirá em uma renda mensal correspondente a 91% do salário-de-benefício.
- (D) terá o prazo máximo de 180 meses, sendo, obrigatoriamente convertido em aposentadoria por invalidez ou compelido o retorno às atividades laborativas.
- (E) será devido ao segurado empregado, a contar do vigésimo dia do afastamento da atividade.

118. O direito às prestações vencidas de um benefício previdenciário, em regra, prescreve em

- (A) cinco anos, a contar da data da concessão do benefício, com prejuízo do direito ao benefício.
- (B) cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, sem prejuízo do direito ao benefício.
- (C) cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, com prejuízo do direito ao benefício.
- (D) dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, com prejuízo do direito ao benefício.
- (E) dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, sem prejuízo do direito ao benefício.

119. Com relação ao financiamento da Seguridade Social é correto afirmar:

- (A) As contribuições à Seguridade Social não poderão ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.
- (B) As receitas dos Estados, destinadas à Seguridade Social, constarão dos respectivos orçamentos, integrando, também, o orçamento da União.
- (C) Em regra, as empresas poderão optar por não cumprir a obrigação de prestar a sua contribuição social.
- (D) Constitui receita da Seguridade Social 40% do resultado dos leilões dos bens apreendidos pela Receita Federal.
- (E) Não incidirá contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos.

120. Considere as seguintes assertivas a respeito da contagem recíproca do tempo de serviço e compensação financeira:

- I. A contagem recíproca do tempo de contribuição é feita em relação as contribuições efetuadas e não em relação à filiação.
- II. A compensação financeira será feita ao sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício pelos demais sistemas, em relação aos respectivos tempos de contribuição ou de serviço.
- III. Na contagem recíproca do tempo de contribuição é permitido a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada quando concomitantes.
- IV. O tempo de contribuição utilizado para concessão de aposentadoria por um regime poderá ser contado por outro.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.